http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n51p6

QUE PAÍS É ESTE? FORA TEMER E UM ULTIMATUM PARA TODOS ELES: democracia, diretas-já, para além da corrupção neoliberal e neoconservadora

Que tempos são estes? Que país é este?¹ "Sujeira pra todo lado, ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação". O julgamento óbvio de Gilmar Mendes e seus comparsas do TSE merece um "ultimatum"². Sendo assim, só nos resta prestar atenção aos versos de Álvaro de Campos para exigir o:

"Mandato de despejo aos mandarins do mundo

Fora tu, reles esnobe, plebeu. E fora tu, imperialista das sucatas. Charlatão da sinceridade e tu, da juba socialista, E tu, qualquer outro. Ultimatum a todos eles. E a todos que sejam como eles. Todos! {...} Passai por baixo do meu desprezo Passai aristocratas de tanga de ouro Passai Frouxos Passai radicais do pouco Quem acredita neles? Mandem tudo isso para casa Descascar batatas simbólicas. {...}Fechem-me tudo isso a chave E deitem a chave fora Sufoco de ter só isso a minha volta Deixem-me respirar Abram todas as janelas Abram mais ianelas

^{1 &}quot;Que país é este?" Música da Legião Urbana.

^{2 &}quot;Ultimatum", Poema Álvaro de Campos (1917)

julho/2017 7

Do que todas as janelas
Que há no mundo
Homens altos
Passai por baixo do meu desprezo
Passai aristocratas de tanga de ouro
Passai Frouxos
Passai radicais do pouco
Quem acredita neles?"

Esses versos do poeta Álvaro de Campos nos fazem perguntar "que país é este" e lançar um *ultimatum* a toda essa corja de deputados, senadores e alguns ministro do TSE como Gilmar Mendes, Napoleão Nunes Maia Filho, Admar Gonzaga e Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, que votaram contra a cassação da chapa Dilma-Temer, livrando o presidente golpista e ilegítimo de uma cassação necessária para conter a continuidade da destruição dos direitos dos trabalhadores. Esperávamos um outro desfecho, mas o "julgamento do óbvio" retardou, provisoriamente, a sua condenação, seu impeachment, embora a luta cidadã por "diretas-já" se espalhe por todo o Brasil. E assim foi o dia do julgamento do óbvio"?

Esse espetáculo bizarro, antidemocrático e eivado de corrupção, encheu de indignação e revolta a todos nós brasileiros que acreditamos numa ética na política, voltada para a superação do capitalismo neoliberal e neoconservador, que rege ilegal e ilegitimamente o país.

Esse preâmbulo poético-político nesse editorial faz parte da nossa posição político-editorial, como se pode inferir nas últimas edições da revista. Nessas, denunciamos o "golpe à democracia", consolidado pelo impeachment à Presidenta Dilma Roussef. Nas diversas edições, procuramos denunciar e problematizar os meandros da antipolítica, eivada do ódio de classe que, de forma autoritária e fascista, engendrou um Estado de exceção. Foi assim que fomos acompanhando na calada da noite a destruição dos direitos dos trabalhadores, principalmente, aqueles relativos à reforma da Previdência, reforma Trabalhista e a terceirização; além da chamada PEC da Morte ou PEC das desigualdades, entre outras.

Disso isso, vale destacar que todo esse processo de destruição dos direitos dos trabalhadores e da Constituição se dá à luz da fusão diabólica e anti-civilizatória entre neoconservadorismo e neoliberalismo, que se articula com o terreno "profícuo" das destruições dos direitos e subjetividades, ou seja, com chamadas bancadas BBB - Bala (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento), Boi (agronegócios) e Bíblia (pastores fundamentalistas), as quais ditam suas posições neoliberais e neoconservadoras no Senado, Câmara dos Deputados, TSE, Tribunal Superior do Trabalho e outras instituições oficiais.

Esses e essas representantes da antipolítica representam um retrocesso e ameaça à democracia conquistada a duras penas e constituem um desafio essencial para reorganização das forças progressistas. Aqueles/as, com suas ideologias, comandam a "onda de conservadorismo", que se amalgama a cada dia no ponto de vista do chamado "ódio de

classe", de raça/etnia. São eles e elas que votam contra todo tipo de política que seja a favor da classe trabalhadora empobrecida e mais; são eles/elas responsáveis pelas políticas de empobrecimento da população, disseminação do racismo, da destruição do meio ambiente, misoginia, homofobia, da violência contra os indígenas (Povos Originários) e trabalhadores do campo, entre outras mazelas.

Tudo isso se passa em tempos de golpe, contragolpe e pós-golpe no cotidiano da vida política e, por essa razão, há uma urgente e iminente necessidade de fazermos relações entre democracia, corrupção e capitalismo.

A democracia nesse contexto nada tem a ver a teoria e prática do "governo pelo povo e pelo poder do povo". Entretanto, [...] o governo pelo povo pode significar apenas que o 'povo' como conjunto político de cidadãos individuais, tem o direito ao voto. Mas, por outro lado, também pode significar a reversão do governo de classe, em que o *demos*, o homem comum, desafia a dominação dos ricos.

Nessa perspectiva, a democracia significa o desafio ao governo de classe. Contudo, vale dizer, que o capitalismo, na sua essência, é incompatível com a democracia. É incompatível não apenas no caráter de que o capitalismo representa "o governo de classe pelo capital" (grifos nossos), como também no sentido de que o capitalismo limita o poder do povo, entendido no estrito significado político. Sendo assim, pode-se abstrair que não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não existe capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não existe capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida dos ricos³.

Nessa lógica de reflexão, podemos intuir que uma sociedade democrática imprescinde de uma luta constante da afirmação da cidadania, no sentido de romper e superar a divisão abissal entre as classes sociais (burguesia e proletariado ou pobres e ricos). Mas, para tanto, é preciso questionar, concretamente, que tipo de educação, cidadania, justiça, enfim, democracia e sociedade que queremos⁴. Assim sendo, só evocar não basta – é preciso muita luta em prol de uma formação política permanente de caráter radical, crítico e propositivo, visando à construção de uma sociedade para além da lógica da alienação, opressão e exploração do ser social.

Isso posto, podemos dizer que o capitalismo e democracia não se coadunam e, nesse sentido, que a corrupção não pode fazer parte do ideário societário que prega e prática a democracia. Portanto, corrupção e capitalismo são um par perfeito. Melhor dizendo, a corrupção é inerente ao capitalismo à medida que ela pressupõe uma ética na política

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em http://www.dicionarioinformal.com.br/milteitan. Acesso em: 27 jul./2016, p. 7.

Ver também VALMORBIDA, Itacir. **A formação política dos docentes da rede Pública de Ensino para além do capital: Primeiras aproximações à luz de uma leitura materialista histórico-dialética.** Dissertação de Mestrado. PPGE, Unochapecó, Dez. 2016.

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clóvis de. Utopia e democracias na educação cidadã. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

julho/2017 9

voltada para o individualismo e não para a coletividade, a acumulação de capital (fortunas), ao invés da socialização dos bens e riquezas produzidos pela humanidade.

Nesses termos, o combate à corrupção é essencial, todavia a única forma eficaz para erradicar ou diminuir a corrupção é a extinção das grandes fortunas privadas. O remédio mais correto é erradicar a oligarquia (grandes latifundiários e grandes capitalistas). Mas, de novo, isso só é possível através de uma luta de classes permanente, fortalecimento da esquerda e, consecutivamente, dos movimentos sindicais e sociais. Além disso, para combater a corrupção será preciso um debate politizado, considerando que a corrupção vem de muito longe. Mas, para tanto é preciso que tanto a sociedade civil quanto as instituições oficiais não banalizem a corrupção, considerando-a como natural e inerente à política brasileira⁵.

Com efeito, a corrupção remonta aos idos da pólis grega (cidades-estado da Grécia Antiga). Depois, dando um salto para o Brasil, a corrupção vem desde a Colônia, passando pelo Império e desembocando na República. Como se pode inferir, a corrupção brasileira tem ligações óbvias com o período da colonização. O fato é que, na Colônia, com a invasão dos portugueses nos territórios brasileiros, quando passou-se a aplicar em nossas plagas as leis dos colonizadores: Ordenações Afonsinas, Ordenações Manuelinas, Código de São Sebastião e as Ordenações Filipinas. Assim sendo, todas as legislações aplicadas por aqui já previam punições pelos crimes de corrupção, mas apenas em 1830 é estabelecido o primeiro código penal brasileiro: O Código Criminal.6 Desde o período colonial até nossos dias, o Brasil se "desenvolveu" sob a égide da cultura da corrupção. Mas isso não significa que "devamos nos submeter a este contexto histórico pré-capitalista que nos condena e mancha a política com uma ética conservadora, centrada na gana por acumulação de capital, feita pelos poderosos e corruptos, que se locupletam com seus "estilos de vida luxuosos de forma impune"; são políticos e empresários, que com seus atos ilícitos prejudicam a democracia, na qual os orçamentos e as instituições públicas são prisioneiras dos interesses do grande capital nacional e internacional. Tudo isso acontece enquanto os trabalhadores empobrecidos pelas políticas públicas e sociais de exclusão são privados de suas necessidades básica de cidadania.

Tudo isso é importante porque a corrupção, como já anunciamos, afeta a democracia, à medida que decisões, ações, projetos e políticas de interesse social ocorrem fora do alcance do público, escondidas, excluindo os que poderiam legitimamente demandar inclusão, ou seja, a sociedade civil. Ademais, a corrupção promove ineficiência do serviço público, diminui a confiança nas instituições públicas, além de transformar direitos dos cidadãos em favores e clientelismo. Nessa perspectiva, torna-se necessário uma profunda reforma política, que possa mudar radicalmente a onda neoliberal (e neoconservadora) calcada na lógica da acumulação de capital e da propriedade privada dos meios de produção

⁵ Maria Rita Kehl, entrevista para a FOLHA DE SÃO PAULO, 15/06/2017. https://noticias.uol.com.br/politica/ ultimas-noticias/2017/06/15/analise-falta-de-perspectiva-de-fim-da-crise-politica-gera-alienacao-da-sociedade. htm?cmpid=copiaecola

⁶ Carvalho, Igor. Brasil; Da colonização à Lavajato. REVISTA CAROS AMIGOS. Ano XX, no. 86/2017.

e, tudo isso, sob a regência da reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado.

A corrupção no Brasil desvia montantes que envolvem bilhões de reais depositados em paraísos fiscais, agravando mazelas sociais e, com isso, produzindo e ampliando o enorme fosso das seculares desigualdades sociais iniciadas no pré-capitalismo em outros modos de produção, mas consolidando-se e agravando a partir do século XIX no início do industrialismo. Quando se pensa na corrupção como uma das "causas da pobreza", urge lutar por uma filosofia política progressista, pois a pobreza é moralmente inaceitável e ela atenta contra a dignidade dos sujeitos, degrada a vida social e inviabiliza o desenvolvimento econômico equilibrado. Na esteira da reflexão, sobre as faces destrutivas da corrupção, já mencionadas, talvez fosse relevante centrar nossos esforços de pesquisa, cujo foco fosse centrado na acumulação de capital, que resulta nas grandes fortunas. Essas podem ser as pistas para se compreender melhor a distribuição e acumulação de riquezas e os processos de produção de desigualdades sociais⁷.

Em suma, para se enfrentar o debate em torno da corrupção e do capitalismo neoliberal talvez seja necessário investigar a fundo o processo de acumulação de riquezas, priorizando a ética das "classes abastadas", das "classes obesas" (Milton Santos), enfim, dos ricos. Sendo assim, para melhor compreender a corrupção e a consequente destruição da democracia, seria providencial saber mais sobre as origens das desigualdades entre pobres e ricos. Por certo, seria importante o uso de outras fontes de informação, visando preencher as lacunas das pesquisas produzidas até a atualidade. Nesse sentido, um caminho teóricometodológico possível seria realizar estudos de trajetórias de vida e biografias dos ricos. Tal procedimento poderia permitir "compreender a dinâmica das desigualdades na atualidade e ao longo da história". Mais que isso, lutar diuturnamente para barrar a reprodução da lógica do capital, buscando um novo projeto societário (neossocialismo) para além dessa "maquina infernal". de destruição: o capitalismo neoliberal.

A presente edição da Motrivivência é, por assim dizer, um adiantamento da prevista para o mês de setembro. Graças ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC e do Centro de Pesquisas em Políticas Públicas em Esporte e Lazer da Rede CEDES/Santa Catarina, nos está sendo possível publicar essa edição em julho, dando vazão portanto a alguns do substantivo volume de textos que se encontram aprovados em nosso acervo.

Compõem essa edição dez Artigos Originais e seis textos da seção Porta Aberta, que incluem artigos de revisão, ensaios e uma resenha. Entendemos que há um bom equilíbrio no que se refere às temáticas, autorias, instituições e estados/regiões que são

⁷ CATTANI, Antônio David (org.). Riqueza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Zouk, 2010, p. 5.

⁸ CATTANI, Antônio David (org.). Riqueza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Zouk, 2010, p. 11.

⁹ BOURDIEU, Pierre. Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

contemplados neste número. Infelizmente, ainda não foi possível reduzir significativamente o tempo entre a submissão, aprovação e publicação dos textos. Isso só acontecerá se conseguirmos ampliar o número de edições anuais (periodicidade trimestral), como é nossa intenção. Mas, para tanto, precisamos superar os limites financeiros que ainda se apresentam como impeditivos.

Nossa capa é uma foto recolhida da exposição "Olha pro céu, meu amor", de Mauricio Roberto da Silva, que ocupou a Galeria do Centro de Arte e Cultura J. Inácio, de Aracaju/Sergipe, de 21 a 28 de junho/2017. Trata-se do registro de bandeirolas de São João em diferentes lugares daquela cidade, feitas a partir da memória afetiva do fotógrafo.

E em nossa seção de Homenagens, destacamos nesta edição o professor Silvio Sanchez-Gamboa, antigo colaborador da revista, com vários títulos publicados, e que integra nosso Conselho Científico desde 2015.

Ao encerrar esse editorial, nós que fazemos a Revista Motrivivência não nos questionamos apenas em torno da pergunta "que país é este". Preferimos lançar o "ultimatum" do poeta Álvaro de Campos citado na epígrafe de abertura desse editorial, exigindo, em nome da democracia contra a corrupção capitalista, Fora temer e todos eles! Diretas já! As eleições "diretas já" tornam-se essenciais, principalmente com a crise terminal desse governo golpista, ilegítimo, corrupto, neoliberal e neoconservador, principalmente, com a crise terminal que se instaurou no bloco fascista e antidemocrático de poder, que envolve os principais lideres já denunciados do PMDB e do PSDB. Diante dessa conjuntura, abre-se a possibilidade de uma intensificação da luta de classes, contando com a cidadania mobilizada e pressão nas ruas, para poder interferir na cena pública para, enfim, "pressionar fortemente por eleições diretas já"¹⁰.

Por fim, fazemos "ultimatum" com o seguinte teor "Mandato de despejo aos mandarins do mundo. Fora tu, reles esnobe, plebeu. E fora tu, imperialista das sucatas". Ao fim e ao cabo, acreditamos que no lugar deles temos como desafios para a atual da esquerda retomar a democracia e combater de forma draconiana a corrupção. Mas para que isso aconteça será preciso romper com a "política de interesses e conciliação de classes" feita nos mandatos de Lula e Dilma. Para tanto, uma saída imprescindível de resistência é "buscar o diálogo com a grande maioria da população, que rejeita o governo Temer; buscar sua adesão às bandeiras da defesa da democracia e dos direitos humanos". Isto requer que trabalhemos para a formação de maiorias sociais a partir dos debates sobre uma outra ética na política, aliada às reflexões sobre as políticas públicas e sociais e suas repercussões sob demandas da população. Além disso, torna-se essencial "apresentar um programa de anulação das medidas que destituíram direitos, e propor reformas profundas, que não passem mais uma vez por estratégias de conciliação dos interesses de classes".

¹⁰ CACIA-BAVA, Silvio. Editorial: Em busca de uma alternativa. Revista Caros Amigos, ANO 10¹No. 119, Junho 2017, p.3.

Tudo isso porque foi justamente essa conciliação que permitiu um "golpe parlamentar com ressonâncias judiciais" e que terminou por ajudar a instituir um governo que realiza importantes ataques à classe trabalhadora. Certamente, isso só será possível a partir da ampliação das lutas sociais e pela inclusão na pauta da ordem do dia de temas que unifiquem a "miríade de movimentos sociais e sindicais"¹¹. Esses desafios, para todos os intelectuais, principalmente, os educadores, vão muito além, ou seja, trata-se da elaboração de um debate teórico-prático sobre a possibilidade de um novo projeto de país, sociedade, cidadania, educação e políticas públicas e sociais diretas já"¹².

Desejamos uma leitura crítica e propositiva e até a próxima edição!

Florianópolis, julho/2017.

Maurício Roberto da Silva Giovani De Lorenzi Pires Rogério Santos Pereira Editores

¹¹ Entrevista com o sociólogo Ricardo Antunes (UNICAMP) para o jornal Diário da Esquerda. Sexta feira 18 de agosto de 2016. www.esquerdadiario.com.br/

¹² CACIA-BAVA, Silvio. Editorial: Em busca de uma alternativa. Revista Caros Amigos, ANO 10, No. 119, Junho 2017, p.3.